

Apresentação do Dossiê

Os avanços no campo social, econômico e político que a América Latina experimentou nas duas últimas décadas, por meio do desenho e da implementação de políticas públicas includentes, gerou entusiasmo em relação a ideia de que se estava entrando num ciclo virtuoso da democracia na sua dimensão substantiva. No entanto, o panorama dos últimos cinco anos mudou drasticamente visto que se instaurou uma crise generalizada de natureza política, econômica e ética. Essa crise mostrou que aspectos procedimentais do fortalecimento democrático são somente uma face da moeda da construção da democracia. Presentemente, se constata, na maioria dos países da América Latina, um processo de despolíticação da sociedade civil, uma desestruturação da cidadania e um aumento sem precedentes de corrupção institucionalizada.

Tais fatores tem gerado incertezas com o futuro da democracia nesta Região. Organizações internacionais como as Nações Unidas tem manifestado preocupação pelo estado atual da democracia nos países latino-americanos. No Relatório de 2004 já destacava que “ a democracia não se reduz a um ato eleitoral, requer eficiência, transparência e qualidade das instituições públicas, bem como uma cultura que aceite a legitimidade da oposição política e reconheça e defenda o direito de todos”. Nesse sentido, sugere que a democracia precisa ser examinada na sua dimensão social, na medida em que elevados índices de pobreza e desigualdade social tem produzido a desconfiança quase total dos cidadãos nas instituições políticas e seus representantes.

Nesse cenário, para pensar a qualidade da democracia é necessário levar em conta o impacto da situação socioeconômica bem como o grau de corrupção como mecanismos que obstaculizam o bom funcionamento democrático. A pobreza e a desigualdade produzem uma crescente degradação da qualidade de vida e o crescimento econômico *per se* tem pouco potencial para reduzir as desigualdades num contexto de corrupção e má administração generalizada.

Outro elemento fundamental da democracia substantiva diz respeito ao grau de envolvimento dos cidadãos na política. A democracia contemporânea requer uma cidadania ativa que se envolva na arena política via discussões, deliberações, referendos e plebiscitos, ou seja, através de mecanismos formais e informais, sem que isso comprometa as instituições convencionais e formais de engajamento político.

São essas questões que são examinadas neste Dossiê sobre Economia, Política e Corrupção na América Latina. O primeiro artigo “Corruption, accountability and citizen participation in protests in Latin America” busca estabelecer relações entre a economia e a política no continente latino americano. Trata, pontualmente, da

relação entre a percepção de corrupção pela população e o aumento de participação em protestos. Utilizando os dados do LAPOP de 2010 o autor aponta que a relação entre os protestos e a corrupção não está necessariamente condicionada ao ciclo econômico, diferente de muitos trabalhos que apontam que o aumento dos protestos se dariam em períodos de recessão. Dentro desta mesma perspectiva de accountability, o segundo artigo, intitulado “Congruencia temática entre ciudadanos y representantes en América Latina: una perspectiva multidimensional”, propõe considerar a estrutura multidimensional da congruência temática entre governo e governados através de método estatístico, buscando compreender em que medida os cidadãos concordam com a intervenção do Estado em determinados aspectos do âmbito público.

O terceiro artigo do dossiê tem o título de “O Cone-Sul entre a memória e o esquecimento: elementos para uma comparação”. Este artigo traz a análise das principais medidas implementadas nos países do Cone Sul para tratar demandas relacionadas a violações dos direitos humanos praticadas durante o período ditatorial militar, identificando elementos que permitam comparar as experiências de cada país da América do Sul. Por fim, o quarto artigo do dossiê intitula-se “Política e sociedade na Primeira Geração Cepalina: a teoria do desenvolvimento de Celso Furtado e José Medina Echavarría” e busca discutir como estes dois autores da primeira geração do pensamento cepalino, embora partindo de diferentes métodos, convergiram em uma mesma esfera de debate sobre o desenvolvimento/subdesenvolvimento, que é a política, privilegiando o tema da democracia e a análise das estruturas sociais.

Integrando a seção de temática livre desta edição da Revista Debates temos três outros contribuições, totalizando os sete artigos que compõem o terceiro número do ano de 2017. O quinto artigo, que se intitula “Direitos do trabalho em disputa no STF: o papel dos procuradores do trabalho”, busca analisar as ações judiciais promovidas junto ao STF pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANTP), apontando os argumentos utilizados e os constrangimentos e estímulos institucionais encontrados. Por sua vez, o sexto artigo deste volume, sob o título de “Os PCs e a questão democrática: discussões acerca da democracia nos partidos comunistas no Brasil”, aborda como se processou a influência da questão democrática na política dos partidos comunistas do Brasil por meio do método de reconstituição histórica, a fim de examinar comparativamente os Partidos Comunistas do país.

Encerra este volume da Revista Debates, o texto “Participação, políticas públicas e o movimento LGBT brasileiro entre 2003 e 2014”. O artigo analisa a relação entre o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

(LGBT) com os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, a partir das políticas participativas por eles implementadas.

O organizador:

Marcello Baquero
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Brasil)

